

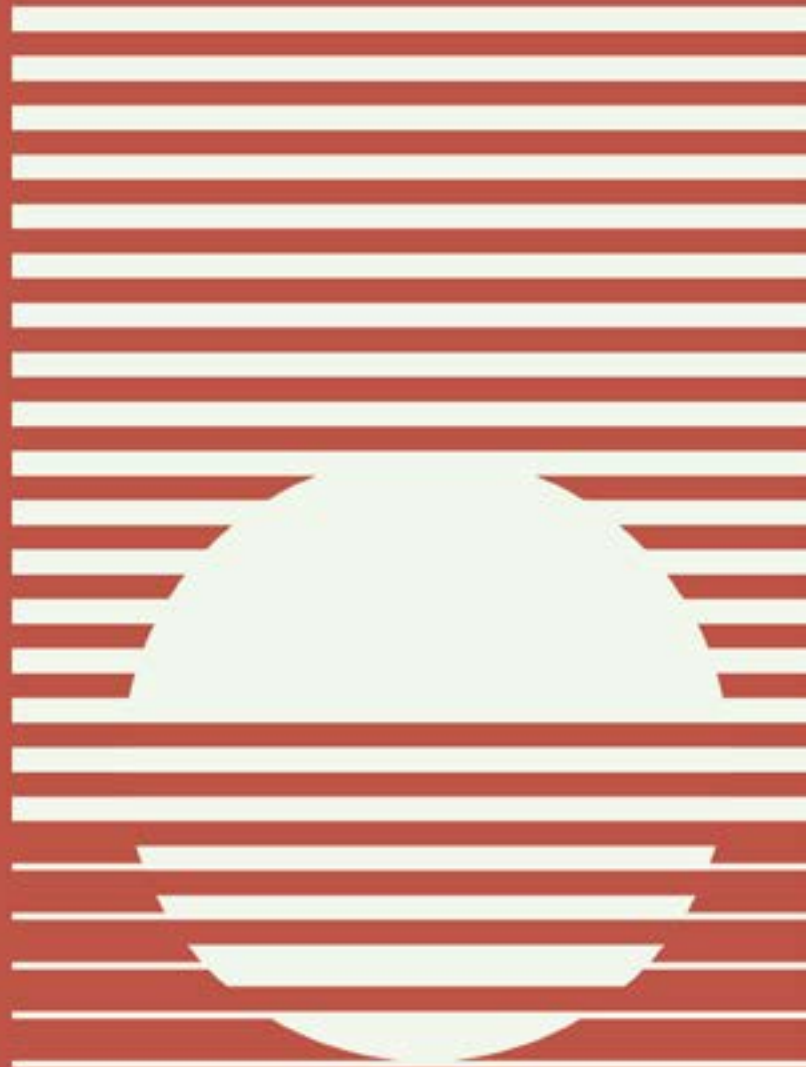
ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

07
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

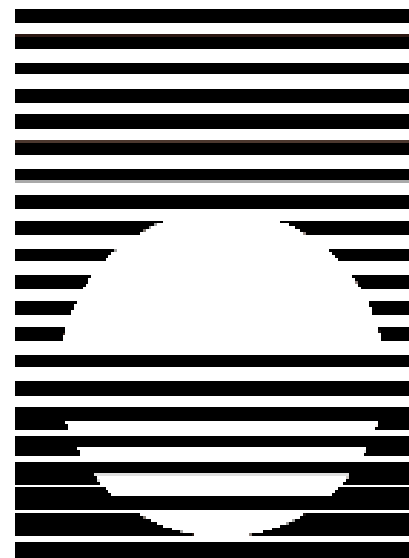
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Pandemia, desmatamento e descaso do governo brasileiro ameaçam povos indígenas e tradicionais
Partido Democrata critica posicionamento de Bolsonaro sobre relações do Brasil com EUA

Página 05

Itamaraty confirma que atuou para facilitar a entrada de Weintraub nos EUA
Brasil se alinhou a Estados ultraconservadores em votação sobre direitos das mulheres na ONU

Página 06

Brasileiros no exterior enfrentam situações de extrema vulnerabilidade
Senado uruguaio aprova projeto de Lei de Urgente Consideração
Chanceler uruguaio renuncia ao cargo

Página 07

Uruguai assume presidência do Mercosul
Argentina segue com reabertura em meio a recorde de casos de novo coronavírus

Página 08

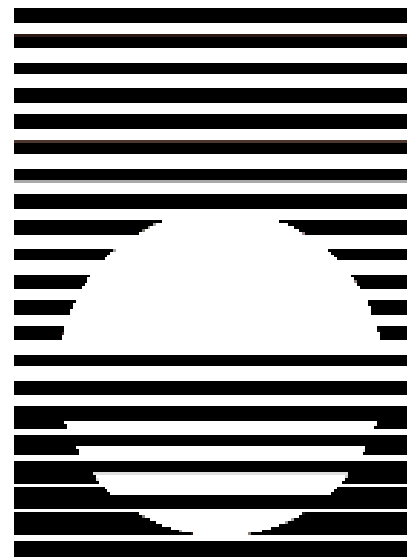
Eleições parlamentares venezuelanas são anunciadas em meio ao avanço da pandemia
Fechamento de fronteiras na América Latina agravou insegurança alimentar dos venezuelanos

Página 09

Congresso chileno aprova reforma constitucional em uma histórica derrota política para o presidente Piñera
Equador troca vice-presidente e retoma política de liberalização dos preços de combustíveis

Página 10

Novo adiamento das eleições bolivianas aumenta tensão no país
Medellín solicita ajuda de médicos cubanos e pedido gera repercussão nacional



Página 11

Vizcarra promove grande reforma ministerial no Peru e convoca eleições para 2021
Acordo de Escazú gera divergência entre ministros

Página 12

Crise política na Guiana gera preocupação nas Américas
AMLO faz sua primeira viagem internacional para celebrar acordo comercial com os EUA

Página 13

China anuncia cooperação com América Latina e Brasil fica de fora
Pedidos para fechar consulados aumenta a disputa entre China e EUA

Página 14

Índia leva o conflito com a China à dimensão digital e endurece medidas de combate contra a pandemia
África do Sul já é o quinto país com mais casos de Covid-19

Página 15

Reabertura da histórica Hagia Sophia para fins religiosos gera reações controversas
Governo do Sudão aboliu pena de morte para pessoas do mesmo sexo que praticam relações sexuais consensuais
Países enfrentam desafios na agenda de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres

Página 16

Conflitos em territórios militarizados apresentam novas imbricações



Pandemia, desmatamento e descaso do governo brasileiro ameaçam povos indígenas e tradicionais

No dia 3 de julho, o vice-presidente Hamilton Mourão reuniu-se com o líder Yanomami Dário Kopenawa e a deputada federal Joênia Wapichana para discutir o garimpo ilegal que se intensificou em diversos territórios indígenas (TIs) no contexto da pandemia do novo coronavírus. As reivindicações de Kopenawa e Wapichana vão ao encontro do conjunto de denúncias feitas por lideranças, ativistas, movimentos e organizações da sociedade civil sobre a vulnerabilidade da população indígena e de outros povos tradicionais frente ao avanço do Covid-19 e sobre o descaso do governo brasileiro quanto à proteção de suas vidas. Em julho, diversas etnias, como a Yanomami, a Awa Guajá e a Xavante fizeram apelos públicos pela situação emergencial a que o vírus, o desmatamento e a criminalidade as têm acometido. No final de junho, os povos indígenas, por meio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com diversos partidos políticos, acionaram o Supremo Tribunal Federal para solicitar medidas de proteção aos TIs e impedir o genocídio de etnias no Brasil. No dia 27 de julho, o Tribunal de Haia recebeu um pedido para abrir uma denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro, por crimes contra a humanidade. O ex-presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, concedeu entrevista no dia 26 de julho e reforçou as críticas a Bolsonaro, afirmando que a política ambiental de seu governo prejudica toda a América Latina. Neste mês de julho, cerca de 30 fundos de investimento estrangeiros e 40 grupos empresariais solicitaram ao governo brasileiro medidas de controle do desmatamento e proteção à Amazônia. Ex-presidentes do Banco Central e ex-ministros da Fazenda do Brasil uniram-se às cobranças por mudanças na política ambiental e divulgaram uma carta em que defenderam uma agenda de investimentos sustentáveis voltada para uma economia de baixo carbono. No dia 14, o embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, disse ver com grande preocupação o avanço do desmatamento na Floresta Amazônica. Durante a Cúpula de Chefes de Governo do Mercosul, Bolsonaro afirmou mais uma vez que as visões sobre o desmatamento no Brasil são opiniões distorcidas sobre sua política ambiental, e, apesar das críticas,

buscou reforçar a importância do acordo do bloco com a União Europeia. Contudo, Bolsonaro parece não estar só em termos de flexibilização de políticas para o meio ambiente, o governo de Donald Trump, anunciou medidas de desregularização ambiental e enfraquecimento de políticas de proteção, em consonância com seus objetivos de impulsionar a economia interna e dar espaço a projetos de infraestrutura.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 01/07/2020; [UOL](#), 02/07/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 07/07/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 09/07/2020; [BBC](#), 11/07/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 14/07/2020; [El País](#), 14/07/2020; [Forbes](#), 15/07/2020; [Nexo](#), 16/07/2020; [O Globo](#), 16/07/2020; [Dom Total](#), 22/07/2020; [NewsWeek](#), 27/07/2020.

Partido Democrata critica posicionamento de Bolsonaro sobre relações do Brasil com EUA

No dia 16 de julho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que buscará aprofundar as relações com Washington independentemente dos resultados das eleições presidenciais nos EUA, agendadas para o fim desse ano. O mandatário brasileiro, no entanto, admitiu que torce pela reeleição do candidato republicano, Donald Trump. Essa não é a primeira vez que Bolsonaro declara publicamente seu apoio e admiração pessoal por Trump. No início do mês, após participar de um almoço reservado em comemoração à data de independência dos EUA na residência do embaixador estadunidense Todd Chapman, em Brasília, Bolsonaro elogiou em suas redes sociais o discurso que Trump fizera um dia antes criticando protestos antifascistas. A devoção do mandatário brasileiro não passou despercebida pelo chefe do Comando Sul das Forças Armadas dos EUA, o almirante Craig Faller. Ao apresentar a Trump o Major-Brigadeiro-do-Ar David Almeida Alcoforado como uma nova adição ao quartel-general do Comando do Sul, Faller afirmou que o Brasil, sob a liderança de Bolsonaro, “estava pagando para que David trabalhasse para ele”. Contudo, as ações de Bolsonaro não têm sido bem recebidas pelo Partido Democrata, de oposição a Trump. Após deputados do partido, que formam a maioria esmagadora na Comissão de Orçamento e Assuntos Tributários da Câmara dos EUA, se oporem formalmente à ampliação das relações co-

merciais com o Brasil no mês anterior, a deputada democrata Deb Haaland anunciou, em meados de julho, que articula apoio no Congresso estadunidense para vetar a ajuda militar ao Brasil na condição de aliado extra-OTAN. No dia 27, o presidente do Comitê de Relações Internacionais da Câmara dos EUA, o democrata Eliot Engel, pediu para que a família Bolsonaro não interviesse na eleição estadunidense. A manifestação de Engel veio em resposta ao apoio expresso do deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, à reeleição de Trump.

Fontes: [O Estado de S. Paulo](#), 04/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 09/06/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 13/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/07/2020; [G1](#), 27/07/2020; [O Globo](#), 28/07/2020.

Itamaraty confirma que atuou para facilitar a entrada de Weintraub nos EUA

No dia 27 de julho, o Itamaraty, acionado pela Lei de Acesso à Informação, confirmou ter intercedido junto à embaixada dos EUA para a obtenção do visto de entrada para o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, no mês de junho. A repentina saída de Weintraub do Brasil, logo após ter renunciado à pasta da Educação e sem que sua nomeação para o cargo de diretor no Banco Mundial tivesse sido oficialmente aprovada, levantou suspeita de que ele teria feito uso de sua condição de Ministro para se esquivar das restrições de entrada nos EUA em virtude da pandemia de Covid-19. Alvo do inquérito das Fake News no Supremo Tribunal Federal (STF), o próprio Weintraub admitiu, na ocasião, que tinha pressa em sair do país para não ser preso. Segundo o Itamaraty, trata-se de um procedimento habitual interceder em casos de representantes do governo brasileiro designados para atuar em instituições internacionais. A lisura do procedimento, no entanto, vem sendo questionada por representantes do Ministério Público Federal e por parlamentares da oposição. Este é apenas mais um caso que demonstra a crescente imersão do Itamaraty sob o comando do chanceler Ernesto Araújo, no jogo político doméstico durante o governo de Jair Bolsonaro. No dia 9 de julho, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), vinculada ao Itamaraty, cancelou uma parceria com o

think tank Atlantic Council, que ajudou o Facebook a derrubar páginas ligadas a integrantes do gabinete de Bolsonaro, seus filhos e aliados políticos. A parceria foi encerrada apenas um dia depois das páginas terem sido retiradas do ar pela rede social. O Atlantic Council foi alvo de críticas da militância ideológica de apoio ao governo, que acusa o think tank de ser, conforme divulgado pelos jornais, uma “organização internacional de esquerda que trabalha para censurar conteúdos de apoio ao presidente”.

Fontes: [O Estado de S. Paulo](#), 10/07/2020; [UOL](#), 11/07/2020; [G1](#), 22/06/2020; [G1](#), 24/07/2020; [BR Político](#), 27/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 27/07/2020.

Brasil se alinhou a Estados ultrac conservadores em votação sobre direitos das mulheres na ONU

No mês de julho, a atuação brasileira no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) repercutiu de forma negativa. No dia 8, o grupo de países africanos que compõem o Conselho propôs um texto sobre o banimento da mutilação genital feminina. Na votação, o Brasil assumiu posicionamento semelhante a países como Arábia Saudita, de modo a vetar o termo educação sexual na resolução. O Itamaraty tem postulado a necessidade de retirada desta expressão de diversos textos, pois de acordo com a interpretação do atual governo essa menção pode dar margem para justificar práticas de aborto. No dia 17 de julho, no mesmo espaço de deliberação da ONU, foi debatida e votada uma resolução proposta pelo México sobre a discriminação contra meninas e mulheres. Mais uma vez a atuação brasileira foi direcionada para um caminho oposto à tradição do país em matéria de direitos humanos. O conteúdo do texto insta os Estados a desenvolverem soluções no combate da vulnerabilidade feminina, bem como sobre os impactos da Covid-19 para esta população. No entanto, o Brasil sugeriu mudanças nos termos – ao lado de Egito, Arábia Saudita, Paquistão e Rússia. Durante a negociação esse grupo de países propôs emenda com a retirada do trecho que garantia acesso à informação e a serviços de saúde sexual e reprodutiva em resposta a pandemia. Ao lado de Bahrein, Arábia Saudita, Suazilândia, Indonésia, Egito, Paquistão, Nigéria, Bangladesh e Rússia, a diplomacia brasileira se opôs

também ao reconhecimento de múltiplas identidades, e solicitou a eliminação do reconhecimento de direitos a métodos contraceptivos. Durante a votação dos termos, o Brasil se absteve, junto à Líbia, Congo e Afeganistão.

Fontes: [El País](#), 08/07/2020; [Folha de S. Paulo](#), 17/07/2020; [BBC](#), 17/07/2020.

Brasileiros no exterior enfrentam situações de extrema vulnerabilidade

Imigrantes brasileiros, a maior população de estrangeiros em Portugal, têm enfrentado diversas dificuldades em manterem-se no país, muitos tendo recorrido à repatriação, segundo dados de julho da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Brasileiros representaram quase a totalidade (93%) dos pedidos de retorno voluntário feitos à OIM em Portugal no primeiro semestre de 2020. Para os que permanecem no país, a situação econômica tem levado muitos a perderem os empregos e ficarem sem um lugar para dormir, sendo obrigados a dormir na rua. Segundo Diretor geral do Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA), Nuno Jardim, essa tendência “é um problema nacional”, não se limitando a Lisboa ou Porto. Apesar das políticas de integração avançadas pelo Estado português, como a regularização temporária e o acesso ao serviço de saúde pública, se observa o aumento da xenofobia e do discurso de ódio contra imigrantes, principalmente nas redes sociais, segundo Cyntia de Paula, presidente da associação Casa do Brasil em Lisboa. Nos EUA, imigrantes brasileiros também têm recorrido à ajuda de associações. Muitos estão sem emprego, e outros que trabalham em funções essenciais, muitas vezes não protegidos por seus empregadores, foram contaminados pela doença.

Fontes: [Poder360](#), 03/07/2020; [O Globo](#), 05/07/2020; [É@gora](#), 10/07/2020; [Apublica](#), 13/07/2020.

Senado uruguaio aprova projeto de Lei de Urgente Consideração

No dia 8 de julho de 2020, o Senado uruguaio aprovou 476 artigos da chamada Lei de Urgente Consideração

(LUC). Inicialmente, o projeto do governo continha 501 artigos, mas sofreu modificações durante o processo de análise na Câmara dos Deputados. De um total de 30 senadores, 18 foram favoráveis à aprovação do pacote legislativo. No dia 10 de julho, o Poder Executivo promulgou a nova lei. O pacote do governo realiza uma série de alterações em leis e decretos preexistentes, bem como no Código Civil e Penal, e impacta os seguintes setores: Segurança Pública; Secretaria de Inteligência Estratégica do Estado; Educação; Economia e Empresas Públicas; Eficiência do Estado; Setor Agropecuário; Relações Trabalhistas e Seguridade Social; Desenvolvimento Social e Saúde; Regulamento de Emergência para a Habitação. Entre os principais pontos polêmicos, destaca-se a flexibilização do conceito de legítima defesa para civis, policiais e militares. Serão isentos de responsabilidade os cidadãos que atuarem em legítima defesa em caso de ameaça clara, quando houver agressão ilegítima ou na defesa de uma casa habitada – inclusive em propriedades rurais. Além disso, prevê a proibição de bloqueios em espaços públicos e privados que afetem a livre circulação de pessoas, bens e serviços. Também foram introduzidas modificações sobre o direito de greve. A principal delas é garantir o direito dos não grevistas e dos diretores de empresas de acessarem as instalações de trabalho livremente. A coalizão de oposição ao governo, Frente Ampla, posicionou-se contrariamente a LUC, criticando a rapidez com que foram tratados os temas e afirmando que a nova lei retira direitos e liberdades e beneficia os mais privilegiados. A Central Única dos Trabalhadores (PIT-CNT) criticou veementemente a LUC e, sobretudo, as modificações no direito de greve, tendo cogitado a convocação de um referendo popular para barrar a nova lei.

Fontes: [El País](#), 08/07/2020; [Gazeta do Povo](#), 08/07/2020; [El País](#), 09/07/2020; [El Observador](#), 10/07/2020; [El País](#), 17/07/2020.

Chanceler uruguaio renuncia ao cargo

No dia 1º de julho, Ernesto Talvi, um dos líderes do Partido Colorado e ex-candidato à Presidência do Uruguai, renunciou ao cargo de ministro das Relações Exteriores. Para o lugar de Talvi, o presidente Lacalle Pou nomeou o então embaixador uruguaio em Madri, Francisco Bustillo, um diplomata de carreira. A

decisão de Talvi ocorreu em um momento importante, o início da presidência pro tempore do Uruguai no Mercosul. Em carta endereçada ao presidente, entretanto, ele afirmou que tinha a expectativa de permanecer no cargo até o fim do ano para dar andamento aos acordos de livre-comércio entre o Mercosul e a European Free Trade Association (EFTA). Talvi ainda escreveu que não queria ser um obstáculo ao desejo do presidente de nomear um novo ministro. Havia algumas discordâncias entre ele e Lacalle Pou, entre elas o projeto de reforma da diplomacia comercial e a questão da Venezuela. No caso da Venezuela, enquanto o então chanceler adotava uma postura mais moderada, pregando mais diálogo, Lacalle Pou optava por endurecer mais a posição uruguaia. A princípio, Talvi havia manifestado ao presidente o desejo de mudar de posição, tendo um maior protagonismo na coalizão de governo no Senado, para o qual foi eleito em 2019. Entretanto, no fim de julho, anunciou que não pretendia mais exercer nenhum cargo público e que abandonará a política, renunciando ao cargo de Senador.

Fontes: [El Observador](#), 01/07/2020; [El Observador](#), 01/07/2020; [El País](#), 02/07/2020; [El Observador](#), 27/07/2020.

Uruguai assume presidência do Mercosul

Em 2 de julho de 2020, foram realizadas, pela primeira vez por videoconferência, as reuniões dos órgãos decisórios do Mercosul e a 56ª Cúpula de presidentes do organismo. A cúpula foi liderada pelo Paraguai, que transferiu a presidência do bloco para o Uruguai e contou com a participação dos quatro presidentes do Mercosul, além dos mandatários da Bolívia, Colômbia e Chile como observadores. Durante a cúpula e as reuniões de Ministros, destacou-se a procura de estratégias de cooperação entre os países para a reativação econômica da região devido à pandemia de Covid-19. O evento reuniu pela primeira vez os atuais mandatários da Argentina e do Brasil. Embora o presidente brasileiro tenha questionado anteriormente o pertencimento do Brasil ao bloco, durante a cúpula Bolsonaro afirmou que o Mercosul é o melhor veículo para a inserção do Brasil no mundo e defendeu as negociações do bloco com outros países como Canadá, Coreia do Sul,

Singapura e Líbano. O presidente argentino Alberto Fernandez, que meses atrás havia considerado a retirada de seu país das negociações comerciais do bloco, estreou nas reuniões defendendo a unidade dos quatro países, apesar das diferenças de orientação política, assim como a ação coletiva no bloco, especialmente no combate à pandemia. Em contraste, o presidente uruguaio, Luis Lacalle Pou, além de anunciar que acelerará a ratificação do acordo assinado com a União Europeia, defendeu a necessidade de um Mercosul não ideologizado e de acordos abertos e mais flexíveis para que os membros possam negociar com outros países. Lacalle Pou também apontou que o bloco precisa aperfeiçoar suas estruturas de União Aduaneira e a Zona de Livre Comércio. Por outro lado, o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, assinou o decreto que elimina a eleição direta de parlamentares do Mercosul a partir de 2023, quando os senadores e deputados eleitos no Congresso exercerão a dupla função. O Paraguai era o único país que conservava a eleição direta. Além disso, Abdo Benítez vetou um projeto aprovado pelo congresso paraguaio que pretendia dobrar a margem de preferência da indústria nacional dentro das compras públicas. Os coordenadores do Grupo do Mercado Comum do Mercosul, do Uruguai e do Brasil manifestaram que essa decisão traria prejuízos comerciais a membros do bloco.

Fontes: [Clarín](#), 02/07/2020; [La Nación](#), 02/07/2020; [El País](#), 02/07/2020; [La Nación](#), 02/07/2020; [El Cronista](#), 15/07/2020; [La Nación](#), 25/07/2020.

Argentina segue com reabertura em meio a recorde de casos de novo coronavírus

A Argentina encerrou o mês de julho registrando um recorde de novos casos e óbitos pelo novo coronavírus. Em 30 de julho, foram registradas 153 mortes e mais de 6 mil novos casos no país. Em comparação, em 30 de junho haviam sido registrados 27 óbitos e 2262 novos casos nacionalmente. O ponto focal das mortes e da pandemia é a região de Buenos Aires, que possui hoje cerca de 60% dos leitos de UTI ocupados – maior do que o quadro nacional, que é de 55%. Ainda assim, a Argentina segue como um dos países com menor taxa de mortalidade por Covid-19 no mundo. O avanço dos casos não mudou o objetivo

dos governos nacional e provinciais de seguir com o plano de reabertura, dividido por fases e por províncias de acordo com o grau de propagação do vírus. Em Buenos Aires, aumentou o escopo do comércio autorizado a abrir a partir do dia 20 de julho e foi flexibilizado o horário em que é permitido sair de casa para realizar exercícios físicos, dentro de um sistema de rodízio organizado a partir do número de identidade dos moradores. Essa abertura – que já está mais avançada em outras localidades do país – acontece em um momento de escalada da crise econômica, que já soma dois anos de contração do PIB. A situação ganha contornos ainda mais complicados com as negativas dos credores internacionais de renegociarem a dívida do país, que em breve terá mais uma negociação na ordem de US\$ 44 bilhões que o presidente Mauricio Macri recebeu do FMI. Além disso, a situação do Brasil é outro fator dificultador para a recuperação econômica da Argentina, que se soma a um crescente distanciamento diplomático entre os dois governos, iniciado pelo presidente Jair Bolsonaro, na visão do chanceler argentino, Felipe Solá. Finalmente, em uma mirada um pouco mais positiva, Alberto Fernández anunciou que a Argentina participará dos testes da vacina contra o novo coronavírus que é desenvolvida em conjunto pelas multinacionais BioNTech e Pfizer.

Fontes: [Infobae](#), 30/06/2020; [El País](#), 30/06/2020; [UOL](#), 10/07/2020; [La Nación](#), 16/07/2020; [El Clarín](#), 23/07/2020; [UOL](#), 31/07/2020.

Eleições parlamentares venezuelanas são anunciadas em meio ao avanço da pandemia

Em 1º de julho de 2020, o Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela anunciou que as eleições parlamentares ocorrerão no dia 6 de dezembro. O comunicado foi acompanhado por duas modificações no processo eleitoral: o aumento de 66% no número de assentos da Assembleia Nacional, de 167 para 277, e a votação por listas fechadas. Essas alterações tendem a beneficiar partidos menores. Os partidos da oposição majoritária a Nicolás Maduro anunciaram que não participarão do pleito, e suas direções partidárias vêm sendo suspensas pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Depois do Acción Democrática e do Primero Justicia, no dia 7 de julho o TSJ suspendeu a direção

do partido Voluntad Popular, de Juan Guaidó. Essas suspensões, que foram seguidas pela designação de novas direções, respondem a recursos de membros desses partidos que são favoráveis à participação no processo eleitoral. Em reação, os EUA anunciaram a recompensa de US\$ 5 milhões por informações que levem à prisão do presidente do TSJ, Maikel Moreno. A preparação para as eleições parlamentares ocorre em meio ao avanço da pandemia de Covid-19 no país. Desde junho, os casos da doença dispararam, chegando a 17.859 em 31 de julho. Ao contrário dos primeiros meses da pandemia, quando os casos se concentravam na fronteira com a Colômbia, nas últimas semanas a capital Caracas e os estados de Vargas e Miranda vêm liderando a confirmação de novos infectados. O governo venezuelano estabeleceu quarentenas radicais nesses locais, permitindo apenas o funcionamento de atividades de saúde, alimentação, telecomunicações e imprensa. Ainda assim, protestos continuam a acontecer pela falta de água, alimentos, combustível e energia. Apesar do aumento do contágio comunitário, Maduro permaneceu responsabilizando o presidente da Colômbia, Iván Duque, pelo crescimento no número de casos, chegando a se referir ao Sars-Cov-2 como “vírus colombiano”. Além de Duque, Maduro também responsabilizou os migrantes venezuelanos que retornam ao país por trilhas ilegais. Em reação a essas declarações, a Assembleia Nacional decidiu denunciar Maduro no Tribunal Penal Internacional.

Fontes: [O Globo](#), 01/07/2020; [El Nacional](#), 07/07/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 21/07/2020; [El Nacional](#), 21/07/2020; [CNN](#), 22/07/2020; [El Nacional](#), 27/07/2020; [El Nacional](#), 31/07/2020.

Fechamento de fronteiras na América Latina agravou insegurança alimentar dos venezuelanos

No dia 07 de julho, foi divulgada a pesquisa de Condições de Vida dos Venezuelanos (Encovi), feita pelo Instituto de Investigações Econômicas e Sociais da Universidade Católica Andrés Bello, mostrando que 96,2% dos venezuelanos são pobres, entre eles 79,3 % estão em situação de extrema pobreza, 68% da população consome menos do que 2 mil calorias por dia, e 30% das crianças apresentam desnutrição crônica. A pandemia agravou o problema da fome

em vários países, mas principalmente na Venezuela, onde o nível de nutrição das crianças menores de cinco anos já é comparável aos locais mais pobres do mundo. A Oxfam publicou um alerta colocando a Venezuela em situação crítica, mostrando que antes mesmo da pandemia, mais da metade das pessoas com fome na América Latina viviam no país. Com o fechamento de fronteiras e o desemprego crescente, a queda de remessas para famílias na Venezuela passou em abril de 9% para 5%, contribuindo para o agravamento da insegurança alimentar. No Peru, que vem fazendo um isolamento rígido, o ACNUR calcula que 270 mil venezuelanos estão sendo afetados pela crise. Não tendo comida, medicamentos e nem teto, se alimentando uma vez por dia, vêm se arriscando em fronteiras fechadas, por caminhos arriscados, em direção ao Equador e Colômbia com o objetivo de poder entrar na Venezuela. No Brasil, entre janeiro a maio de 2020, comparado com 2019, as solicitações de refúgio caíram em 40%. O fechamento de fronteiras brasileiras com a Venezuela ocorreu no dia 18 de março, e segundo o CONARE, impactou diretamente sobre o número de venezuelanos que entraram no país, representando apenas 10.472 mil solicitações de refúgio. No Brasil, os migrantes vêm enfrentando dificuldades para acessar o auxílio emergencial, benefício assistencial para o momento da pandemia, fazendo-os dependerem da solidariedade. Julio Berdegú, subdiretor da FAO, se mostra preocupado, pois a pandemia agravou a insegurança alimentar na América Latina, contudo, afirma que não falta comida, o que falta é dinheiro.

Fontes: [G1](#), 20/06/2020; [DW](#), 25/06/2020; [El Pitazo](#), 07/07/2020; [El País](#), 09/06/2020; [El País](#), 09/07/2020.

Congresso chileno aprova reforma constitucional em uma histórica derrota política para o presidente Piñera

Em 24 de julho de 2020, em função da forte pressão popular, o Congresso chileno aprovou uma reforma constitucional que permitirá aos afiliados das Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs) sacar até 10% dos valores depositados para a aposentadoria. A reforma busca ajudar os cidadãos chilenos no enfrentamento da crise econômica agravada pela pandemia da Covid-19. A aprovação desta reforma foi

uma grande derrota política para o presidente Sebastián Piñera, visto que até mesmo representantes da bancada governista de direita apoiaram o projeto na Câmara dos Deputados e no Senado, mesmo com a recomendação em contrário do Executivo. O Governo de Piñera tentou retardar a aprovação desta reforma por meio de sucessivos planos de ajuda à classe média, que não foram suficientes para convencer os parlamentares. A reforma foi apoiada por 29 dos 43 senadores - incluindo cinco da bancada governista. A medida também obteve 116 votos dos deputados, sendo 35 da coalizão Chile Vamos, base política do presidente Piñera. De certa maneira, a aprovação desta iniciativa, segundo congressistas da oposição, pode ser vista como um importante passo para reverter um sistema previdenciário baseado na capitalização individual, que foi criado nos anos oitenta pelo regime de Augusto Pinochet, persistindo até hoje. A reforma foi promulgada por Piñera e entrou em vigor no dia 29 de julho de 2020.

Fontes: [O Globo](#), 15/07/2020; [O Globo](#), 23/07/2020; [El País](#), 24/07/2020; [Telesur](#), 24/07/2020.

Equador troca vice-presidente e retoma política de liberalização dos preços de combustíveis

Em 7 de julho de 2020, Otto Sonnenholzner, vice-presidente equatoriano, renunciou ao cargo em anúncio enviado à Assembleia Nacional sem mencionar uma justificativa. No entanto, em entrevista a uma rádio na semana anterior, havia dito que deixaria o governo caso cogitasse postular-se à eleição presidencial de 2021. Conforme a Constituição, políticos com mandato corrente não podem concorrer à Presidência, Vice-Presidência ou Assembleia Nacional, exceto se renunciarem ao mandato antes de inscreverem suas candidaturas. Em 17 de julho, a Assembleia Nacional elegeu María Alejandra Muñoz como nova vice-presidente, a partir de uma lista tríplice enviada pelo presidente Lenín Moreno. Muñoz era diretora do Serviço Nacional de Aduana e sua vitória deu-se contra candidatos mais próximos ao governo: María Paula Romo, Ministra do Interior, e Juan Sebastián Roldán, Secretário de Gabinete. O evidente enfraquecimento político de Moreno, agravado durante a crise de Covid-19, também vem se refletindo em uma maior dependência frente ao Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI). Em 11 de julho, o governo anunciou uma nova política de preços de combustíveis, estes passarão de fixados a móveis, reajustados mensalmente, com o objetivo de reduzir gradualmente o subsídio que vigora atualmente e cumprir com o ajuste fiscal requerido pelo FMI para liberar empréstimos. A tentativa anterior de suprimi-lo, de forma imediata, foi o estopim para a revolta popular de outubro de 2017 e acabou revertida. Além disso, em 20 de julho, o governo oficializou um processo de renegociação de dívida externa com credores que será mediado pelo FMI.

Fontes: [El Mercurio](#), 03/07/2020; [El Comercio](#), 07/07/2020; [El Comercio](#), 11/07/2020; [Agência EFE](#), 18/07/2020; [El Mercurio](#), 20/07/2020.

Novo adiamento das eleições bolivianas aumenta tensão no país

No dia 23 de julho de 2020, o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia decidiu adiar novamente as eleições presidenciais do país, inicialmente previstas para setembro deste ano, para o dia 18 de outubro. A justificativa dada pela corte foi a de que a pandemia de coronavírus ainda não oferece condições para que o pleito se realize conforme previsto. A decisão, no entanto, veio em contexto de alta instabilidade e foi altamente criticada pela oposição ao governo interino de Jeanine Áñez, sobretudo aquela ligada ao Movimiento al Socialismo (MAS), partido do ex-presidente Evo Morales. A oposição entende que se trata de medida para atrapalhar a realização das eleições, já que se deu logo depois da divulgação da pesquisa de intenção de votos realizada pelo Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG) que mostra Luis Arce, candidato do MAS, em primeiro lugar e vitorioso em primeiro turno. Além disso, em julho, outras decisões do governo foram consideradas pela oposição como perseguição política, com destaque para a acusação de terrorismo e o pedido de prisão preventiva de Evo Morales, exilado atualmente na Argentina, por parte do Ministério Público de La Paz, e a admissão por parte do TSE de pedido que suspende direitos políticos do MAS. As forças políticas que apoiam o adiamento das eleições alegam que há risco em sua manutenção em setembro: Luis Fernando Camacho, um dos principais nomes que levou à deposição de Morales em novembro

de 2019, enviou carta a Luis Almagro, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, pedindo apoio ao adiamento, e Walter Óscar Serrate, embaixador boliviano nos EUA, enviou carta a Bernie Sanders pedindo que este não apoie “o ditador Evo Morales”. Adicionalmente, Elon Musk, diretor da empresa Tesla Motors, declarou, em seu Twitter, que os EUA “irão dar golpes em quem quiserem”, quando questionado sobre os interesses geopolíticos estadunidenses no lítio boliviano e a participação da potência no golpe em 2019. A declaração gerou diversas críticas por parte da oposição a Áñez. Nas ruas, protestos contra o adiamento das eleições, contra políticas do Ministério da Educação e contra a reforma trabalhista proposta por Áñez também aumentaram a instabilidade no país.

Fontes: [El País](#), 07/007/2020; [El Deber](#), 09/07/2020; [El Deber](#), 14/07/2020; [El Deber](#), 21/07/2020; [La Razón](#), 28/07/2020; [Brasil de Fato](#), 29/07/2020.

Medellín solicita ajuda de médicos cubanos e pedido gera repercussão nacional

No dia 26 de julho, veio a público e gerou enorme repercussão uma carta enviada, onze dias antes, pela prefeitura de Medellín à Embaixada de Cuba, solicitando ajuda internacional para reforçar a equipe médica no enfrentamento à Covid-19. Nesta carta, o prefeito Daniel Quintero solicita apoio ao embaixador José Luis Ponce para receber uma brigada de médicos cubanos, especializada em cuidados intensivos. De acordo com Quintero, a cidade precisa de equipe médica capacitada, uma vez que está expandindo o número de leitos de unidades de terapia intensiva. Contudo, alguns políticos se manifestaram, acusando o prefeito de priorizar ajuda externa ao invés de oferecer trabalho aos médicos colombianos. O senador e ex-presidente, Álvaro Uribe, criticou a atitude, argumentando que o corpo médico colombiano é de excelência e que Cuba exporta seus médicos a seu serviço, tendo iniciado, dessa forma, “a tomada da Venezuela”. A Chancelaria também se manifestou solicitando que os condutos oficiais fossem respeitados, pois um requerimento desta natureza deveria ser canalizado pelos canais diplomáticos, através dos acordos de cooperação. O ministro da Saúde, Fernando Ruiz, se posicionou contra a atitude de Quintero, afirmando

que médicos estrangeiros são apenas para situações extremas e que existe um plano de contingência para lidar com o aumento do contágio. Por meio do Colégio Médico Colombiano, a classe médica também se manifestou contra a ajuda internacional, entendendo o pedido como um desrespeito aos médicos do país. A prefeita de Bogotá, que vem assistindo ao aumento no número de casos na capital, também se posicionou e afirmou que não necessitará de ajuda de equipe médica internacional no enfrentamento à pandemia. Quintero, em resposta às críticas, argumentou que o país pediu colaboração aos EUA e ao Reino Unido para as vacinas, aos Emirados Árabes para os testes e que não entendia como um problema pedir a Cuba o apoio de médicos, uma vez que para além de motivações ideológicas, a defesa da vida deve estar acima da política.

Fontes: [Semana](#), 26/07/2020; [El Tiempo](#), 26/07/2020; [Semana](#), 26/07/2020; [Semana](#), 27/07/2020; [El Tiempo](#), 27/07/2020; [El Tiempo](#), 27/07/2020.

Vizcarra promove grande reforma ministerial no Peru e convoca eleições para 2021

No dia 15 de julho, o presidente peruano Martín Vizcarra fez mudança em treze das dezenove cadeiras de seu conselho de Ministros. Onze novos Ministros foram nomeados, dois mudaram de um Ministério para outro (Rocío Barros e Carlos Lozada) e apenas seis ministérios mantiveram seus titulares (Defesa, Economia e Finanças, Educação, Agricultura, Mulher e Populações Vulneráveis, e Cultura). O presidente vinha encontrando dificuldades em lidar com Vicente Zaballos, o antigo chefe do Conselho de Ministros, cargo tratado informalmente no país de primeiro-ministro. No lugar de Zaballos, assume Pedro Cateriano, que já havia servido no cargo durante o governo de Ollanta Humala, tendo sido também Ministro da Defesa do mesmo presidente. Críticas duras foram feitas contra a nomeação do Ministro do Trabalho e Promoção do Emprego, Martín Ruggiero, por sua pouca experiência profissional, sobretudo por este nunca ter ocupado outros cargos de gestão pública. A nomeação foi defendida por Cateriano em razão de sua expertise em direito trabalhista e migratório. Apesar de todos os novos

Ministros serem considerados independentes, ou seja, sem qualquer vinculação partidária formal, parte da oposição, principalmente os fujimoristas e os lavajatistas peruanos, acusam Pedro Cateriano de montar um gabinete esquerdista. As críticas partem de que alguns dos Ministros recém-nomeados terem ocupado os mesmos cargos em governos anteriores de centro-esquerda, principalmente o de Alan García e Ollanta Humala. Destaque importante deve ser dado à recém nomeação da Ministra da Saúde Pilar Mazzetti, que substituiu Victor Zamora na pasta e visto como pouco eficaz na contenção da pandemia da Covid-19. Dentre os desafios do novo gabinete, está conduzir o processo de reforma política e cuidar da crise sanitária e seus desdobramentos sociais e econômicos. No dia 08 de julho, o presidente Vizcarra também convocou eleições gerais para presidente, vice, congressistas e representantes do Parlamento Andino, a serem realizadas no dia 11 de abril de 2021. O Congresso tem até setembro para fazer mudanças nas regras que se aplicarão ao pleito eleitoral de 2021.

Fontes: [Gestión](#), 08/07/2020; [RPP Noticias](#), 15/07/2020; [Gestión](#), 15/07/2020; [El Comercio](#), 15/07/2020; [La República](#), 16/07/2020.

Acordo de Escazú gera divergência entre ministros

No dia 17 de junho de 2020, o então ministro de relações exteriores do Peru, Gustavo Meza-Cuadra, enviou mensagem à Comissão de Relações Exteriores do Congresso peruano recomendando a não ratificação do Acordo Regional para o Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e Caribe, que ainda depende da ratificação de dois países para ter o mínimo de onze signatários e poder vigorar. Assinado pelo governo peruano em 2018, o tratado, também conhecido como Acordo de Escazú, sofre críticas do setor industrial e empresarial, sobretudo o de mineração e de hidrocarbonetos, dos deputados fujimoristas e de setores mais à direita, por acarretar em obrigações internacionais para o país em termos de prestação de contas e responsabilização quanto a questões de proteção ao Meio Ambiente. No dia 11 de julho, a ministra Fabiola Muñoz, defendeu que a ratificação do tratado pode ajudar angariar recursos e investi-

mentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que recomenda a ratificação do acordo. Apoiado ainda por ONGs de proteção ao meio ambiente, pela Anistia Internacional e pela Defensoria Pública do Peru, o tratado permitiria proteger militantes da causa ambiental, povos originários e população vulnerável a mudanças significativas no meio ambiente. Com a saída de Meza-Cuadra e Muñoz em 15 de junho, em meio a reforma ministerial no país, e a nomeação do chanceler Mario Lopez e da ministra Kirla Echegaray, mudanças na posição do executivo foram observadas. O novo chanceler defende que o executivo deveria debater mais o tratado, embora afirme que ainda não é o momento propício para a ratificação, e a ministra do meio ambiente recém-nomeada vem adotando postura menos assertiva pela ratificação que sua predecessora. A Comissão de Relações Exteriores do Congresso incluiu o debate do acordo na lista de questões prioritárias, visto que o país tem até 26 de setembro para ratificar a assinatura do tratado, por sua vez ocorrida em 27 de setembro de 2018.

Fontes: [La República](#), 24/05/2020; [Expreso](#), 08/07/2020; [Expreso](#), 11/07/2020; [Gestión](#), 11/07/2020; [Gestión](#), 17/07/2020; [Gestión](#), 20/07/2020; [La República](#), 24/07/2020.

Crise política na Guiana gera preocupação nas Américas

Há quatro meses sem um resultado definitivo das eleições gerais, o conturbado cenário político na Guiana tem provocado reações em diferentes níveis no continente americano. No dia 15 de julho, o governo dos EUA anunciou restrições de vistos para aqueles considerados responsáveis por minar a democracia guianesa, uma possível menção ao presidente em exercício David Granger e membros da comissão eleitoral, acusados de manipular os resultados das eleições. EUA, Canadá, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM), em diversas declarações, pediram que David Granger aceite os resultados da recontagem de votos que deram a vitória à oposição. Após declarar que considera novas eleições inaceitáveis, no dia 18 de julho, o Conselho Permanente da OEA se reuniu e disse que estuda dar permissão a todos os seus membros para impor sanções à Guiana até que se resolva

a situação. No âmbito sul-americano, membros do Prosul emitiram um comunicado conjunto em que expressam preocupação com a inconclusão do processo eleitoral na Guiana e pedem que a vontade popular seja respeitada pelos dirigentes do país. No Brasil, o Itamaraty afirmou, em entrevista à Folha, que acompanha com apreensão a situação e que as manobras que impedem a conclusão do processo eleitoral são sérias ameaças à estabilidade no país vizinho. Além disso, em uma declaração, Antônio Denarium, governador de Roraima, estado que faz fronteira com a Guiana, informou que é preocupante o fato de a comissão eleitoral ainda não ter nomeado Irfaan Ali, oponente de Granger, como presidente democraticamente eleito. A fala de Denarium foi mal recebida por algumas partes, entre elas Sydney Allicock, do partido de Ação da Guiana e membro do gabinete de David Granger, que a classificou como prematura e desinformada.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 14/07/2020; [Departamento de Estado dos EUA](#), 15/07/2020; [Kaieteur](#), 18/07/2020; [Kaieteur](#), 20/07/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Chile](#), 21/07/2020.

AMLO faz sua primeira viagem internacional para celebrar acordo comercial com os EUA

Entre os dias 8 e 9 de julho, López Obrador realizou sua primeira viagem internacional, aos Estados Unidos, desde que assumiu a presidência mexicana, em 2018. A razão da visita foi a formalização do acordo comercial entre EUA, México e Canadá (T-MEC). Contudo, outros temas foram tratados, como as políticas de apoio aos setores de saúde, energia e tecnologia. Além disso, Donald Trump promoveu um jantar entre o presidente mexicano e empresários dos EUA. Segundo Patricia Armendáriz, presidenta da Financiera Sustentable e convidada mexicana para o evento, empresas como a petroleira Shell anunciaram a intenção de investir no país latino americano. Durante a visita, AMLO realizou inúmeros elogios a Trump, afirmando, inclusive, que o mandatário não trata o México como colônia. O presidente dos EUA, por sua vez, utilizou suas redes sociais para ressaltar que os países nunca tiveram uma relação tão estreita. A viagem de AMLO aos EUA aconteceu quatro meses antes das eleições presidenciais estadu-

nidenses. Críticos sugerem que o momento escolhido seja uma estratégia de Trump, de modo a minimizar a imagem negativa domesticamente, o que pode ser revertido em números eleitorais favoráveis. Segundo o Infobae, o jornal britânico The Guardian descreveu o encontro como um paradoxo: por um lado, a celebração do livre comércio por dois protecionistas, e, por outro, um líder mexicano que dirige críticas ao neoliberalismo fazendo elogios a bilionários por sua preocupação social

Fontes: [Milenio](#), 08/07/2020; [Infobae](#), 08/07/2020; [La Jornada](#), 08/07/2020; [Infobae](#), 10/07/2020.

China anuncia cooperação com América Latina e Brasil fica de fora

Em 23 de julho, Wang Yi, embaixador da China, anunciou que o país destinará US\$ 1 bilhão em créditos aos países latino-americanos para o acesso a vacinas e medicamentos contra a Covid-19. O comunicado ocorreu durante o encerramento da reunião virtual com os membros da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe (CELAC). Na ocasião, os países discutiram cooperação multilateral para combater a pandemia e a China apresentou um plano de recuperação para a região que inclui cinco áreas: envio de médicos especialistas chineses; aumento da pesquisa em desenvolvimento de vacinas; empréstimos especiais em infraestrutura para apoiar projetos de saúde pública e alocação de recursos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para projetos de segurança alimentar. Os principais diplomatas de Argentina, Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago e Uruguai participaram da reunião, além do secretário de Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, que assegura a presidência rotativa do órgão, e o próprio Wang, da China. Chamou a atenção a ausência do Brasil, segundo maior país afetado pela pandemia no mundo. Em junho, a China doou 15 toneladas de equipamentos médicos ao Equador. Segundo o ministro da Economia equatoriano, Richard Martínez, entre junho e outubro deste ano, o Equador espera receber US\$ 2,4 bilhões em empréstimos de duas instituições chinesas: o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) e o Banco de Desenvolvimento da

China (CDB). Desde o início da pandemia, a China tem ampliado seus projetos de cooperação e ajuda humanitária ao redor do mundo, num movimento que ficou conhecido como Diplomacia de máscaras. A aproximação do país com a América Latina ocorre em meio ao aumento de tensões entre a China e os Estados Unidos, o que pode acirrar ainda mais as disputas geopolíticas em torno da região.

Fontes: [Money Times](#), 23/07/2020; [R7](#), 24/07/2020; [CGTN](#), 24/07/2020.

Pedidos para fechar consulados aumenta a disputa entre China e EUA

No dia 21 de julho, os Estados Unidos ordenaram o fechamento do Consulado chinês em Houston, no Texas, alegando que a medida seria necessária para proteger a propriedade intelectual e informações privadas estadunidenses. O Departamento de Estado dos EUA acusou a China de realizar operações ilegais de espionagem, interferência na política doméstica, coação de empresários e ameaças a sino-americanos residentes na China. Em resposta, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Wang Wenbin, declarou que as missões diplomáticas nos EUA estão comprometidas com a promoção da cooperação e da amizade, bem como classificou a iniciativa estadunidense como uma grave violação da Convenção Consular China-EUA, o que pode causar sérios prejuízos aos laços bilaterais. Em retaliação, o governo chinês exigiu o encerramento do Consulado Geral dos EUA em Chengdu, na China, no dia 24 de julho, declarando que a ação chinesa é necessária e legítima, mediante ao ato dos EUA, e está em conformidade com as tradições diplomáticas. Além disso, a relação sino-americana também sofre deterioração em outras áreas. O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, declarou que as reivindicações marítimas chinesas no mar da China Meridional são ilegítimas, incentivando que os demais países passem a se opor às demarcações marítimas chinesas. No dia 14 de julho, o presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva que encerra o status especial de Hong Kong, o que leva a perda de benefícios e privilégios, principalmente na relação comercial. Na disputa tecnológica do 5G, os EUA mantem sua pressão à Huawei, influenciando o

Reino Unido a barrar a empresa chinesa de tecnologia da sua rede de telecomunicação até 2027 e pressiona também o Brasil, em seu leilão da nova tecnologia. O embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, afirmou que o Brasil sofreria consequências em aceitar a tecnologia da empresa chinesa. Além disso, empresas midiáticas de ambos os países sofrem pressão por parte dos dois governos. O governo americano acusou quatro agências de notícias chinesas de serem designadas em missões estrangeiras nos Estados Unidos, entre elas estão o Global Times e o People's Daily. Desse modo, o governo chinês obrigou que quatro organizações midiáticas estadunidenses em solo chinês, entre elas a Associated Press e a National Public Radio, forneçam informações de funcionários, finanças e operações num prazo de sete dias.

Fontes: [Xinhua](#), 01/07/2020; [The Guardian](#), 14/07/2020; [Xinhua](#), 14/07/2020; [Washington Post](#), 15/07/2020; [BBC](#), 22/07/2020; [SCMP](#), 27/07/2020, [UOL](#), 29/07/2020.

Índia leva o conflito com a China à dimensão digital e endurece medidas de combate contra a pandemia

Em 10 de julho, a Índia respondeu aos ataques chineses proibindo a utilização em seu território de 59 aplicativos de desenvolvimento tecnológico chinês. De acordo com o Ministério de Tecnologia, a proibição é uma medida de segurança nacional. As principais empresas chinesas atingidas foram Alibaba, Tencent, Baidu e ByteDance. O aplicativo mais popular do mundo em 2019 em termos de quantidade de downloads, o TikTok, é a primeira plataforma desenvolvida na China que se tornou um fenômeno global. No entanto, o bloqueio do aplicativo na Índia resultou na perda de seu maior mercado internacional. Em 14 de julho, em algumas regiões como Bangalore, no sul da Índia, e do estado de Bihar, no norte, as autoridades voltaram a endurecer medidas de isolamento social para conter a propagação da Covid-19. O país havia suspenso o isolamento rigoroso em território nacional em junho.

A discussão sobre o retorno às atividades escolares em meio à pandemia é sensível para Índia, uma vez que grande parte da população tem dificuldade de acompanhar atividades virtuais devido ao acesso precário aos equipamentos e à conexão de internet.

Fontes: [El País](#), 10/07/2020; [G1](#), 14/07/2020; [BBC](#), 23/07/2020.

África do Sul já é o quinto país com mais casos de Covid-19

No dia 25 de julho, a África do Sul ultrapassou a marca de 6 mil óbitos e de 400 mil pessoas infectadas, o que torna o país africano mais afetado pela pandemia do novo coronavírus e o quinto país do mundo com mais casos de Covid-19. Dentre os contaminados, estão os ministros do Trabalho e Emprego, Thembelani Thulas Nxesidois, e o da Energia, Gwede Mantashe, que tiveram que ser hospitalizados. Outro caso que comoveu o país foi a morte da filha caçula de Nelson Mandela. Zindzi Mandela, ficou mundialmente conhecida ao ler a carta do pai recusando a sua libertação negociada pelo governo do apartheid em 1985. Diante da gravidade do cenário, o Conselho Nacional de Comando do Coronavírus (NCCC) sugeriu o retorno ao nível máximo do confinamento nacional. O Presidente Cyril Ramaphosa reestabeleceu algumas importantes medidas de isolamento, em especial a suspensão das aulas em escolas públicas, a suspensão da venda e distribuição de álcool e o toque de recolher obrigatório. Porém, as medidas foram pontuais e não representam um retorno aos níveis mais altos de isolamento social. O agravamento do quadro levou a OMS anunciar que vai reforçar o apoio à África do Sul no combate à pandemia, depois de conversa entre o Diretor-Geral da instituição e o Ministro da Saúde da África do Sul, Zweli Mkhize. No dia 27 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou uma ajuda emergencial de US\$ 4,3 bilhões para a África do Sul na forma do Instrumento de Financiamento Rápido (IFR) para apoiar o enfrentamento da crise sanitária no país.

Fontes: [Angop](#), 13/07/2020; [RFI](#), 14/07/2020; [O Tempo](#), 18/07/2020; [MMO](#), 22/07/2020; [MMO](#), 25/07/2020; [RFI](#), 25/07/2020; [News 24](#), 27/07/2020; [Istoé](#), 27/07/2020.

Reabertura da histórica Hagia Sophia para fins religiosos gera reações controversas

No dia 24 de julho, orações islâmicas voltaram a ser realizadas em Hagia Sophia, após 86 anos. O templo ortodoxo cristão foi construído no século VI pelo Império Bizantino, e foi considerado monumento arquitetônico central de Constantinopla. Em 1453, com a conquista de Constantinopla pelos Otomanos, liderados pelo sultão Mehmet II, o templo foi transformado para funcionar como mesquita. Cerca de 5 séculos depois, quando Mustafa Kemal Atatürk chegou ao poder, o local foi transformado em museu, de acordo com o plano de estabelecer o Estado República da Turquia laico. Com isso, os serviços religiosos do templo cessaram. Este ano, a decisão de reabrir Hagia Sophia para o culto religioso islâmico foi tomada pelo Conselho de Estado, o mais alto tribunal administrativo da Turquia, que anulou a decisão de 1934, responsável pelo reconhecimento do templo enquanto um museu. Muitas pessoas aglomeraram-se para orar no local e alguns grupos políticos deram apoio a esta decisão, como o Hamas, movimento islâmico palestino, que parabenizou o presidente turco Recep Tayyip Erdogan pelo ocorrido. Por outro lado, decisão desagradou a presidente grega, Katerina Sakellaropoulou, líder de um país que têm tradição cristã ortodoxa. Sobre o ocorrido, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, escreveu em sua conta no Twitter que “os Estados Unidos estão ao lado da Igreja Ortodoxa Grega em seu apelo para que a Hagia Sophia seja acessível como fonte de inspiração e contemplação para todas as crenças”. Em resposta, o governo turco declarou que a mesquita estará aberta a todas as religiões. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do país, Hami Aksoy, também acusou à Grécia de ignorar a demolição de mesquitas históricas em território grego, além de não possuir nenhuma mesquita em sua capital. Ainda segundo Aksoy, a reabertura de Hagia Sophia para o culto religioso respeita “a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovada em 1972 pela UNESCO”.

Fontes: [New York Times](#), 24/07/2020; [Anadolu Agency](#), 24/07/2020; [Daily Sabah](#), 24/07/2020; [Independent](#), 24/07/2020; [TRT](#), 25/07/2020; [TRT](#), 27/07/2020; [TRT](#), 27/07/2020.

Governo do Sudão aboliu pena de morte para pessoas do mesmo sexo que praticam relações sexuais consensuais

No dia 9 de julho, em um passo inédito, o governo do Sudão aboliu e modificou leis, dentre elas a que tratava a homossexualidade e relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, ainda que consensuais, com pena de morte e flagelação. Movimentos sociais LGBTs da região comemoraram as mudanças na legislação e as compreenderam como um grande primeiro passo em direção a uma sociedade mais igualitária e respeitosa para com minorias sexuais. Apesar disso, ativistas ainda argumentam que precisa ser feito mais, tendo em vista que pessoas LGBTs ainda são presas por conta de seus relacionamentos que são criminalizados no país, além de serem suscetíveis à violência e à discriminação. Noor Sultan, diretor executivo do Beedayaa (um dos principais movimentos sociais pró-LGBT sudanês) afirmou em entrevista que enxerga com muita alegria e esperança essas mudanças, mas teme que o clima de instabilidade política e o perigo sempre iminente de um golpe militar ponha em xeque essas pequenas conquistas.

Fontes: [Africa CGTN](#), 17/07/2020; [Metro Weekly](#), 17/07/2020; [Independent](#), 19/07/2020.

Países enfrentam desafios na agenda de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres

Em 15 de julho foi divulgado que a pandemia provocada pelo Covid-19 gerou um aumento dos casos de violência obstétrica e pressão para realização de cesáreas na América Latina. Apesar de ter uma das taxas de cesáreas mais altas do mundo, alguns países da região, como Argentina, Equador, México, Uruguai e Venezuela, já possuem legislação contra a realização de induções e procedimentos sem necessidade médica ou consentimento da mulher. A aplicação das leis e diretrizes estabelecidas pela OMS, no entanto, piorou durante a pandemia, mas ativistas de grupos como El Parto es Nuestro (EPEN) e Grupo por la Humanización del Parto y Nacimiento atuam para denunciar a falta de informação e os abusos cometidos em hospitais públicos e privados. No dia 16 de julho

foi divulgado que o isolamento também ocasionou o aumento da quantidade de abortos inseguros na Índia devido as restrições de mobilidade, a falta de acessos a métodos contraceptivos e a interrupção de serviços médicos. Com o avanço da pandemia, clínicas e hospitais indianos passaram a atuar preferencialmente nos casos de Covid-19 deixando de lado a saúde reprodutiva das mulheres. Tal situação estimula a adoção de procedimentos inseguros sem o devido acompanhamento médico. Na esteira da luta por direitos sexuais e reprodutivos, em 18 de julho, a autoridade máxima do Sudão aprovou uma lei que penaliza a mutilação genital feminina no país. Além da criminalização do ato, que prevê uma pena de três anos e o fechamento de clínicas que realizem o procedimento, outras medidas foram tomadas como a livre circulação de mulheres e seus filhos. A aprovação da lei sudanesa é apenas o primeiro passo rumo à eliminação total da mutilação feminina no país.

Fontes: [GK](#), 15/07/2020; [El Diario](#), 16/07/2020; [Página 12](#), 18/07/2020.

Conflitos em territórios militarizados apresentam novas imbricações

Durante o mês de julho, em razão da repercussão de um estupro coletivo por soldados do exército colombiano contra uma adolescente indígena de 13 anos, diversos casos semelhantes foram trazidos a público. No dia 1º de julho, Eduardo Zapateiro, comandante do Exército, informou que estavam sendo investigados 118 casos de abuso sexual envolvendo integrantes das Forças Armadas. Segundo defensores e ativistas de direitos indígenas, o crime não pode ser visto como um fato isolado, pois representa os perversos efeitos da marginalidade que o povo Emberas enfrenta na sociedade colombiana. Com a crise, questões antigas suscitadas após a assinatura do acordo de paz e a desmobilização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) voltaram a ser divulgadas, como casos de espionagem, corrupção e violação de direitos humanos. Especialistas acreditam ser fundamental uma reforma nas Forças Armadas do país. Em versar sobre processos antigos e novas imbricações, também em 1º de julho, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu apresentou plano de anexação

de territórios palestinos ocupados desde 1967. Chamado de Acordo do Século, o projeto conta com o apoio e negociações conjuntas das autoridades dos Estados Unidos e os chefes de segurança israelenses. A reação internacional mobilizou advertência de países como Egito, Jordânia, França e Alemanha por se tratar de uma violação ao direito internacional e pela potencialidade em gerar mais conflitos. A União Europeia (UE) apesar de não ter a unanimidade do bloco para adoção de sanções econômicas, lançou uma campanha diplomática contra o projeto. No dia 27, a Associação de Parlamentares por Jerusalém na América Latina se reuniu contra essa medida, lançando posicionamento internacional contra o plano israelense de anexação da Cisjordânia.

Fontes: [El Tiempo](#), 01/07/2020; [BBC](#), 02/07/2020; [G1](#), 07/07/2020, [Monitor do Oriente](#), 10/07/2020; [Brasil de Fato](#), 12/07/2020; [Monitor do Oriente](#), 25/07/2020.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

